

Aos onze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, em primeira chamada às quatorze horas e dez minutos, iniciou-se a reunião extraordinária do CMS-Maricá, de forma online, com os seguintes conselheiros Titulares: Bruno de Souza Lougon, Jorge Alberto Rispoli, Anna Maria de Carvalho Quintanilha, Antônio Carlos do Rego e Souza, Rodrigo Cantini, Adriana Domingues Picanço, Rose Mary de Melo Bruce, Edson Gonçalves de Oliveira, Yasmim Lemos Von-Sohsten Moreira, Joyce do Valle Santos, Antônio Carlos Cunha e Sandro dos Santos Ronquetti. Suplente: Ramon Lorenzo Farell Sanchez e Denise Marchon Tinoco. O Presidente Bruno abre a reunião verificando o quórum necessário para a realização da mesma com pauta única. Validação da Indicação do Conselheiro Antônio Carlos da Cunha ao cargo de Conselheiro Estadual de Saúde, representando o Fórum da Região Metropolitana II. O Presidente faz uma síntese do que vem acontecendo. O Conselho Municipal de Maricá, concorreu a vaga na Metropolitana II na reunião realizada no dia 30/07/2025 e empatou com o município de Niterói, e dentro do critério de desempate que estava previsto no Regimento eleitoral, seria consagrado titular em caso de empate, o Conselho que tivesse a sua fundação mais antiga, com isso apresentamos recursos, Niterói se apresentou como mais antigo e nós nos apresentamos como mais antigo. Nos recursos apresentamos nossas documentações inclusive, com Lei de criação do Conselho. Niterói não apresentou a lei de criação do Conselho deles apresentou dois decretos da década de 80, uma portaria e a Lei Orgânica do Município, mas nada que de fato tenha criado ou tenha regulamentado a criação do Conselho. Então temos que entender dois marcos, Primeiro marco: Antes da constituição de 88 tudo que se tinha de Conselho de Saúde, em qualquer esfera ou instância é que, o Conselho de Saúde Municipal em qualquer lugar do Brasil, ele era, quando existia, um órgão consultivo, e era somente um órgão administrativo, que não tinha tanta importância. A Constituição de 88 traz uma grande importância e passa a trazer a possibilidade da existência da criação dos Conselhos em Lei específica que irá regulamentar; a partir de 1990 tivemos a Lei 8080 que diz sobre a criação dos Conselhos, fala da importância e diz que os Conselhos Municipais de Saúde, assim como os Conselhos Estadual e Nacional, eles devem ser criados a partir de lei. Aí começa a corrida e escalada de todos os municípios para se fundamentar, e com isso em Maio de 1992, o município de Maricá cria, por lei, conforme foi determinado pela Lei 8080/1990, em 12 de maio de 1992 a nossa lei nº 1083 do Conselho Municipal de Saúde de Maricá e o Conselho Municipal de Saúde de Niterói, é criado dois meses depois em 24 de Julho de 1992. Então se é dessa forma, o Conselho Municipal de Saúde de Maricá, é mais antigo, só que isso no recurso dele, foi omitido, ele não apresentou ao CES essa Lei, apresentaram qualquer coisa do passado que mencionava Conselho Municipal de Saúde, mas não existia Conselho consagrado por lei como a própria lei federal exige que tem que ser feita a criação por lei. Dessa forma elaborou o recurso, protocolamos hoje CES, amanhã estará indo presencialmente na posse dos Conselheiros no Conselho Estadual, pediu que fosse feito inclusão de pauta do Conselho Estadual, se mesmo assim o CES ignorar o nosso protocolo e o nosso recurso vai fazer um pedido de fala para fazer sustentação oral e se ainda assim tiverem usurpado o nosso direito de lutar e de brigar pela nossa posição, à medida que acredito ser cabível é entrarmos com mandado segurança e uma representação no Ministério Público, que de fato a Comissão Eleitoral do Conselho Estadual de Saúde está ultrapassado das suas competências, passando por cima de qualquer situação para atender interesses que não entendemos e não conhecemos, já está saindo da razoabilidade e passando por cima de todo o critério da boa-fé para poder ser tendinoso na escolha de algo que não está amparado pela Lei. Incrivelmente a Comissão Eleitoral se manifestou acerca dessa decisão de reconhecer Niterói como mais antigo, sexta-feira, 16 horas da tarde, quando já não havia mais espaço para interpormos nenhum recurso e sendo que a posse já é amanhã, mas ainda assim vamos lutar e se o Conselho Estadual não reconhecer de fato entramos com um mandado de segurança e representação devida no Ministério Público e pede que seja revista a forma como está sendo conduzida essa eleição. Essa síntese é só para colocá-los ciente do porquê daquele documento de conhecimento a todos e como não governa nada sozinho, é representante titular do Conselho e representa todas as nossas instituições. todas as cadeiras representadas por ele, mas precisa do conhecimento e o apoio dos Conselheiros para que possa ir amanhã falar em nome do nosso

1

2

4

5 6

7

8

9

10

11 12

13

14

15

16

17

18 19

20

21

22

23

24 25

26

27

28

29

30 31

32

33 34

35

36

37

38 39

40

41

42 43

44

45

46 47

48 49



63 64 65

50

51

52 53

54

55

56

57

58 59

60 61

62

Bruno de Souza Lougon Gestor – Sec. da Cidade Sustentável Presidente Laudeci Costa Secretária Executiva

66 67

68

69

Jorge Alberto Rispoli Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá Vice Presidente Anna Maria de Carvalho Quintanilha Usuária: Ass. de Mor. e Amigos do Bairro Santa Paula Secretária Geral

70 71

> Antônio Carlos do Rego Souza Usuário SINDSERV Tesoureiro

Ramon Lorenzo Farell Sanchez Gestor – Sec. de Saúde

72 73

74

Sandro dos Santos Ronquetti Gestor – Sec. de Saúde Rodrigo Cantini Ass. Médica de Maricá

Joyce do Valle Santos Usuária - Ass. de Morad. E Amigos do Recanto de Itaipuaçú - 4º Distrito

Denise Marchon Tinoco Ass. Pestalozzi de Maricá

Yasmim Lemos Von-Sohsten Moreira Centro Espiritualista ARUANDA

Adriana Domingues Picanço Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá

Rose Mary de Melo Bruce Ass. de Moradores de Cordeirinho -2º Distrito de Maricá Antônio Carlos da Cunha Usuário- Cruz Vermelha Brasileira

Edson Gonçalves de Oliveira Usuário- União das Assoc. de Mor. de Maricá